

SUMÁRIO

- 1 PROCEDIMENTO E PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
 - 1.1 Nota introdutória
 - 1.2 Procedimento e processo administrativo
 - 1.3 Princípios que informam os processos administrativos federais
 - 1.3.1 Processo Administrativo Fiscal federal: fundamento
 - 1.4 Estrutura do CTN
 - 1.5 Obrigação tributária – CTN, art. 113
 - 1.6 Fato gerador – CTN, art. 114
 - 1.7 Crédito tributário – CTN, arts. 139 a 141
 - 1.8 Lançamento tributário – CTN, art. 142
 - 1.8.1 Natureza jurídica
 - 1.8.2 Eficácia declaratória ou constitutiva – doutrinas
 - 1.8.3 Base de cálculo em moeda estrangeira – CTN, art. 143
 - 1.8.4 Lançamento reporta-se ao fato gerador – CTN, art. 144
 - 1.8.5 Lançamento notificado – Alteração – CTN, art. 145
 - 1.8.6 Modificação nos critérios jurídicos – CTN, art. 146
 - 1.9 Modalidades de lançamento
 - 1.9.1 Lançamento por declaração – CTN, art. 147
 - 1.9.1.1 Retificação pelo contribuinte – CTN, arts. 147, § 1º e 160
 - 1.9.1.2 Retificação de ofício – CTN, art. 147, § 2º
 - 1.9.1.3 Lançamento em face de dados inexatos – CTN, art. 148
 - 1.9.2 Lançamento de ofício – CTN, art. 149
 - 1.9.2.1 Lançamento de ofício propriamente dito
 - 1.9.2.2 Lançamento em face da revisão efetuada pelo Fisco
 - 1.9.3 Lançamento por homologação – CTN, art. 150
 - 1.9.3.1 Homologação expressa – Exemplo
 - 1.9.3.2 Débito não pago – Exigibilidade imediata
 - 1.10 Lançamento existente em todos os tributos
 - 1.11 Lançamento quando a questão é posta em juízo
 - 1.12 Decadência e prescrição
 - 1.12.1 Conceito e distinção
 - 1.12.2 Efeitos provocados pela EC nº 8/77
 - 1.13 Prazo para decidir administrativamente

- 1.14 Prescrição intercorrente
 - 1.15 Extinção do crédito tributário
 - 1.16 Motivação no processo administrativo e judicial
 - 1.17 Controle administrativo da legalidade do ato – Verdade real ou material
 - 1.18 Prazo para guarda de documentos
 - 1.19 Ampla defesa, devido processo legal e duplo grau de jurisdição
 - 1.20 Depósito para recurso administrativo e judicial
 - 1.21 Contribuições Previdenciárias – Processo administrativo e judicial – concomitância: impossibilidade
 - 1.22 Prova emprestada
 - 1.23 Consulta fiscal
 - 1.24 Denúncia espontânea da infração – CTN, art. 138
 - 1.25 Controle de constitucionalidade pelo Tribunal Administrativo
 - 1.26 Julgador: responsabilidade por seus atos
 - 1.27 Preclusão e coisa julgada administrativa
 - 1.27.1 Preclusão administrativa
 - 1.27.2 Coisa julgada administrativa
 - 1.28 Desistência no processo administrativo para ir ao judiciário
 - 1.29 Recurso de ofício – Hipóteses de não cabimento
 - 1.30 Crédito tributário – Resumo esquemático
 - 1.31 Processo Administrativo Fiscal Federal
 - 1.31.1 Os fundamentos constitucionais e infraconstitucionais
 - 1.31.2 Processo Administrativo Fiscal Federal – Decreto 7.574, de 29-09-2011 – Esquema simplificado
 - 1.32 Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo
- 2 AÇÕES JUDICIAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA – O CPC/2015
- 2.1 O CPC 2015, sua Exposição de Motivos e o Direito de ação
 - 2.2 Ações judiciais tributárias
 - 2.3 Aplicação efetiva e supletiva do CPC/2015
 - 2.3.1 Aplicação supletiva do CPC e a Teoria do Diálogo das Fontes
 - 2.4 Petição inicial
 - 2.5 Os recursos e o efeito suspensivo
 - 2.6 Depósito prévio
 - 2.7 Duplo grau de jurisdição e Remessa necessária
 - 2.8 Coisa julgada formal e material
 - 2.8.1 Coisa julgada – Limites objetivos e subjetivos – Preclusão
 - 2.9 Erro de cálculo e sentença de mérito

- 2.10 Tutela provisória
- 2.11 Ação civil pública

3 AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA

- 3.1 O Mandado de Segurança na CF/88 e o art. 1º da Lei nº 12.016/09
 - 3.1.1 Direito líquido e certo e prova pré-constituída
 - 3.1.2 Ilegalidade ou abuso de poder
 - 3.1.3 Violação ou justo receio – MS preventivo ou repressivo
 - 3.1.4 MS contra ato concreto ou lei em tese
 - 3.1.5 Desistência no MS: possibilidade de renovar, ou não, a pretensão
- 3.2 Art. 2º da Lei nº 12.016/09 – Hipóteses em que a competência para a ação do MS é federal
- 3.3 Art. 3º da Lei nº 12.016/09 – Terceiro em condições idênticas
- 3.4 Art. 4º da Lei nº 12.016/09 – MS em casos urgentes – Procedimento
- 3.5 Art. 5º da Lei nº 12.016/09 – Hipóteses em que não se concederá MS
- 3.6 Art. 6º da Lei nº 12.016/09 – Petição inicial – Autoridade coatora
- 3.7 Art. 7º da Lei nº 12.016/09 – Despacho da inicial – Agravo de Instrumento – Teoria da causa madura
- 3.8 Art. 8º da Lei nº 12.016/09 – Obstáculos ao normal andamento do processo
- 3.9 Art. 9º da Lei nº 12.016/09 – Remessa do mandado citatório à entidade subordinante
- 3.10 Art. 10 da Lei nº 12.016/09 – Indeferimento da inicial – Apelação – Litisconsorte ativo
- 3.11 Art. 11 da Lei nº 12.016/09 – Execução de tarefas pelo serventuário do Cartório
- 3.12 Art. 12 da Lei nº 12.016/09 – Parecer do Ministério Público – Conclusão dos autos
- 3.13 Art. 13 da Lei nº 12.016/09 – Mandado concedido – Transmissão da sentença
- 3.14 Art. 14 da Lei nº 12.016/09 – Apelação – Sentença sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição
- 3.15 Art. 15 da Lei nº 12.016/09 – Suspensão de Segurança – Grave lesão
- 3.16 Art. 16 da Lei nº 12.016/09 – Competência originária dos tribunais – Liminar – Agravo de Instrumento
- 3.17 Art. 17 da Lei nº 12.016/09 – Decisões – Não publicação do acórdão no prazo de 30 dias – Substituição por notas taquigráficas
- 3.18 Art. 18 da Lei nº 12.016/09 – Decisões proferidas em única instância pelos tribunais – Recursos cabíveis
- 3.19 Art. 19 da Lei nº 12.016/09 – Mérito não decidido – Possibilidade de propor ação própria
- 3.20 Art. 20 da Lei nº 12.016/09 – Processos de MS – Prioridade, salvo *Habeas Corpus*
- 3.21 Arts. 21 e 22 da Lei nº 12.016/09 – MS coletivo

- 3.21.1 O objeto tutelado no MSC – Direitos coletivos e individuais homogêneos
- 3.22 Art. 23 da Lei nº 12.016/09 – MS – Decadência em 120 dias
- 3.23 Art. 24 da Lei nº 12.016/09 – Litisconsórcios – Aplicação do CPC
- 3.24 Art. 25 da Lei nº 12.016/09 – Descabimento dos Embargos Infringentes e dos honorários advocatícios
- 3.25 Art. 26 da Lei nº 12.016/09 – Não cumprimento das decisões – Crime de desobediência
- 3.26 Art. 27 da Lei nº 12.016/09 – Regimentos Internos e Leis de organização judiciária – Adaptação
- 3.27 Art. 28 da Lei nº 12.016/09 – Vigência da Lei do MS
- 3.28 Art. 29 da Lei nº 12.016/09 – Revogações
- 3.29 Nota final

- 4 AÇÃO DECLARATÓRIA
 - 4.1 Conceito
 - 4.2 Ação declaratória e ação anulatória: distinção
 - 4.3 Depósito tributário em ação judicial
 - 4.4 Limites da coisa julgada fiscal
 - 4.5 Prescrição – Direito potestativo
 - 4.6 Correção monetária
 - 4.7 Direito de crédito e o art. 166 do CTN

- 5 AÇÃO ANULATÓRIA DO ATO DECLARATIVO DA DÍVIDA
 - 5.1 Aspectos gerais
 - 5.2 Dívida tributária e não tributária – Execução e o CPC/2015
 - 5.3 Ação que denegar a restituição – CTN, art. 169
 - 5.4 Depósito judicial prévio e a SV 28
 - 5.5 Jurisprudência

- 6 AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
 - 6.1 Introdução
 - 6.2 A disposição no CTN
 - 6.3 Quem pode consignar
 - 6.4 Foro competente
 - 6.5 Referências jurisprudenciais

- 7 AÇÃO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO
 - 7.1 Introdução
 - 7.2 Art. 165 do CTN – Direito à restituição
 - 7.3 Juntada de documentos

- 7.4 Art. 166 do CTN – Quem pode pedir a restituição
- 7.5 Art. 167 do CTN – Juros de mora e penalidades pecuniárias
- 7.6 Art. 168 do CTN – Prescrição
- 7.7 Art. 169 do CTN – Prescrição
- 7.8 Súmulas e julgados do STJ
- 7.9 Precatório

- 8 AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL
 - 8.1 A CF/88, o CTN/66, a Lei 4.320/64, o CPC/2015 e a LEF 6.830/80
 - 8.1.1 Reflexões doutrinárias
 - 8.1.2 Diligências para localização de bens do devedor – Necessidade
 - 8.2 Certidão da Dívida Ativa – CDA
 - 8.3 Exceção de pré-executividade
 - 8.4 Processo administrativo fiscal – Juntada
 - 8.5 Responsabilidade tributária do sócio – Penhora
 - 8.5.1 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica – Hipótese direta e inversa
 - 8.6 Embargos do devedor
 - 8.6.1 Prazo
 - 8.7 Embargos de terceiro
 - 8.8 Meação do cônjuge
 - 8.9 Recursos
 - 8.10 Prescrição: interrupção e suspensão
 - 8.10.1 Prescrição intercorrente
 - 8.11 Protexito extrajudicial de CDA da União

- 9 AÇÃO CAUTELAR FISCAL
 - 9.1 Considerações gerais
 - 9.2 Medida cautelar fiscal preparatória ou incidental
 - 9.3 Foro competente
 - 9.4 Jurisprudência

- 10 A FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO
 - 10.1 Introdução
 - 10.2 Fazenda Pública: significado
 - 10.3 Foro competente
 - 10.4 Prazo em dobro e intimação pessoal
 - 10.5 Revelia
 - 10.6 Bens e direitos públicos indisponíveis

- 10.7 Advocacia Geral da União (AGU)
- 10.8 A AGU nas ações de interesse da União – Acordos ou transações
 - 10.8.1 Transação tributária – Dação em pagamento
 - 10.8.2 Anteprojeto sobre transação tributária
 - 10.8.3 Transação tributária na Itália – Fisco & Escola
- 10.9 Crédito tributário: não constituição, não interposição de recursos ou desistência, arquivamento
- 10.10 Custas, emolumentos, taxas e depósito prévio
- 10.11 Honorários do perito
- 10.12 Execuções não embargadas pela Fazenda Pública – Honorários
- 10.13 Autenticação de cópias reprográficas
- 10.14 Certidões pela Internet
- 10.15 Suspensão de segurança
 - 10.15.1 Legislação básica
 - 10.15.2 Processamento da SS em MS
 - 10.15.3 Jurisprudência
- 10.16 Responsabilidade do parecerista – LC nº 73/93
- 11 RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL
 - 11.1 Introdução
 - 11.2 O RE e o REsp na CF/88
 - 11.3 RE e REsp – Interposição única ou conjunta
 - 11.3.1 Recurso adesivo
 - 11.4 RE – Demonstração da repercussão geral
 - 11.5 Julgamento do RE e REsp repetitivos
 - 11.6 Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário
 - 11.7 Embargos de divergência
 - 11.8 RE e REsp – Esgotamento das vias ordinárias
 - 11.9 Embargos de declaração e prequestionamento
 - 11.10 Controle de constitucionalidade – Art. 97, CF/88 e SV 10
 - 11.11 Controle de constitucionalidade no STJ
 - 11.12 Reclamação ao STF e ao STJ
 - 11.13 Súmulas Vinculantes – STF
 - 11.14 Controle de constitucionalidade na CF/88
 - 11.14.1 Inconstitucionalidade formal e material – Decisões do STF
 - 11.14.2 Quadro exemplificativo sobre o controle de constitucionalidade das leis
- 12 AÇÃO RESCISÓRIA
 - 12.1 Introdução

- 12.2 Natureza jurídica
- 12.3 Art. 966 do CPC/2015
- 12.4 Súmula 343 do STF
- 12.5 Arts. 967 a 974 do CPC/2015
- 12.6 Prazo – Decadência
- 12.7 Valor da causa
- 12.8 Sentença de mérito transitada em julgado – Posterior declaração de inconstitucionalidade em sede de fiscalização abstrata – Descabimento da relativização da autoridade da coisa julgada – Postulado da segurança jurídica – Ação rescisória – Doutrinas

ANEXOS

